

Sofrimento, fé e justiça: Um estudo sobre um grupo de mães de vítimas de acidentes de trânsito e de violência policial¹

Jeferson Scabio

Doutorando do PPGAS/MN/UFRJ

Recebido em: 03/02/2013

Aprovado em: 04/07/2014

O objetivo do presente artigo é descrever e analisar um grupo de mães de vítimas de acidentes de trânsito e de violência policial. O trabalho se debruça sobre o significado da perda do filho, explorando a ausência de sentido e a necessidade de reparação por ela instaurada. Também se ocupa das atividades do grupo, apreendendo-o como um espaço-tempo terapêutico e político. A partir de observação participante e de entrevistas com as mães, a ideia é apresentar um retrato sociológico das diferentes facetas de sua experiência, sugerindo que no grupo se articula uma recomposição de práticas e concepções de justiça a princípio contraditórias.

Palavras-chave: mães de vítimas de violência, sofrimento, religiosidade, justiça, ação política

The article **Suffering, Faith, and Justice: A Study on a Group of Mothers of Traffic Accidents' and Police Violence's Victims** aims to describe and analyze a group of mothers of victims of traffic accidents and police violence. The paper focuses on the meaning of the loss, exploring the lack of meaning and the need for reparation. It also deals with the activities of the group, describing it as a therapeutic and political time-space. Based on participant observation and interviews with the mothers, the work presents a sociological image of the different facets of their experience, suggesting that in the group there is a redesign of contradictory practices and conceptions of justice.

Keywords: mothers of the victims of violence, suffering, religiosity, justice, political action

Sete de maio, 2009, passava das 2h da madrugada quando Cristiane Yared foi acordada com uma notícia trágica: a morte de seu filho. Rafael Yared fora vítima de um acidente de trânsito cujo responsável foi o então deputado estadual Luiz Fernando Ribas Carli Filho, que dirigia alcoolizado a 190km/h. “Ali começou o nosso calvário”. Cristiane se viu subitamente envolvida em uma história que mobilizou Curitiba: pelas ruas da cidade passaram a circular automóveis com adesivos pretos, trazendo em letras brancas a mensagem: “190 km/h é crime” – resultado de uma campanha de mobilização levada adiante por familiares e amigos, com a própria Cristiane sendo a figura à frente do movimento –, em alusão ao “caso Carli Filho”, como ficou conhecido por meio das sucessivas manchetes que lhe rendeu a crônica jornalística. A visibilidade adquirida por ela colocou-a em contato com a dor de outras mães que, como ela, haviam perdido seus filhos de forma abrupta e violenta. Vendo sua dor refletida nesses outros sofrimentos, Cristiane, que, como pastora de uma igreja evangélica, tinha um histórico de

envolvimento com trabalhos de cunho “social”, decidiu montar um grupo de apoio. Movidas pela dor e pelo desejo de fazer justiça, as mães foram chegando até Cristiane uma após a outra (e, em alguns casos, umas por meio das outras). Assim como ela, a maioria delas havia perdido seus filhos em acidentes de trânsito. Além de casos mais isolados, outra história que se repetia, embora com menos frequência, era a de mães cujos filhos foram brutalizados pela polícia.

Quase um ano após o surgimento do grupo, entrei em contato com as mães e passei a acompanhar suas atividades. Junto a elas, desenvolvi um trabalho de campo que se estendeu por um período aproximado de quatro meses, quando frequentei as reuniões semanais do grupo, realizadas na igreja² da qual Cristiane era uma das pastoras, e acompanhei seu ativismo na luta por justiça e em torno da questão mais específica do trânsito. Além disso, depois de algum tempo, quando já estava mais familiarizado com elas (e elas comigo), realizei entrevistas com Cristiane e outras seis mães: Rosa, Vera e Carmem³, que, como a maioria delas, perderam os filhos em acidentes de trânsito; e Marli, Bernadete e Eleonora, que faziam parte do menor grupo⁴ cujos filhos haviam sido assassinados por policiais⁵.

A partir da observação participante e das entrevistas que realizei, o presente artigo descreve e analisa o sentido da perda do filho para as mães e as atividades desenvolvidas pelo grupo. Início discutindo o significado da perda. Sugiro que o sofrimento, a desorientação, a injúria e o efeito disruptivo causado pela morte dos rebentos na vida das mães devam ser entendidos nos termos do abalo na identidade materna e do rompimento com a concepção moderna de morte representada pela perda. É assim que se compreende aquilo que as uniu juntamente a Cristiane: uma ausência de sentido corrosiva e uma necessidade pulsante de reparação.

Debruço-me, então, sobre as atividades do grupo. Atento para a maneira como ele funcionava como um espaço-tempo terapêutico e político, apaziguando o sofrimento das mães e ancorando suas lutas. Era frequente o relato de que a participação nas reuniões trouxe consigo um arrefecimento da dor naquilo que ela tinha de mais paralisante. A partir desses relatos, proponho que a mudança se relacione com duas possibilidades encontradas no grupo: de um lado, a partilha do sofrimento com pessoas que sabiam, por experiência própria, o significado da perda de um filho; e de outro, por meio da religiosidade que perpassava discursos e práticas nas reuniões, a reconciliação com Deus (visto, a princípio, como o responsável pela morte do filho) e, com ela, a reconstrução da coerência moral do mundo.

Observando a maneira como as mães eram continuamente incentivadas a buscar a punição dos responsáveis pela morte de seus filhos, sugiro que ali se articulava uma recomposição bastante eficiente de práticas e concepções de justiça a princípio contraditórias. As mães miravam a justiça legal: era em seus termos que elas articulavam a necessidade de reparação e tinham em Deus um forte aliado – ele intervinha, auxiliando-as na conquista da punição legal e, caso a “justiça dos homens” falhasse, garantia que os culpados não sairiam ilesos (através dele, a justiça seria finalmente feita noutro plano). A bricolagem operada pelas mães alimentava suas esperanças na justiça e, assim, o empenho em alcançá-la. A simples ausência de reparação era uma possibilidade que elas se recusavam a encarar.

O incentivo também ocorria para que as mães transitassem de seus “casos” particulares à “causa” que vitimou seus filhos. Elas eram convertidas em “vítimas da impunidade” e sua prática se tornava uma “luta por justiça”. Apresento aqui a atuação política das mães. Nela, o sentimento, a dor de uma mãe pela perda de um filho e a adesão imediata por ela exigida do interlocutor eram recursos políticos fundamentais. Essa estratégia era visível nos materiais e nas falas que elas apresentavam no espaço público. O peso dos sentimentos na atuação política das mães também orientou a recusa de Cristiane em se engajar na política convencional, assim como o manejo simbólico que se exigia dos “políticos” que, eventualmente, se aproximavam delas – em ambas as situações, destaca-se a tensão entre a potência moral da luta das mães e a baixaza dos interesses que moveriam a “política”.

Mas a “luta por justiça”, contra a “impunidade”, não foi a única bandeira levantada pelas mães. A “paz no trânsito” foi outro mote político que as orientou. Assim, as mães de vítimas de violência policial foram politicamente acantonadas. É da constituição desse viés político que me ocupo finalmente: o peso político de Cristiane e da maioria das mães cujos filhos morreram em acidentes; seu engajamento na “causa” do trânsito e seu desinteresse pela violência policial; o desinteresse das próprias mães de vítimas de policiais de encamparem a politização da violência policial; o receio de Cristiane em confrontar a polícia, instituição da qual visava conseguir apoio em sua cruzada por um “trânsito seguro”; e, finalmente, um contexto no qual o medo da “violência urbana” alimenta uma atitude de apoio à brutalidade da atuação policial – suas vítimas sendo vistas como bandidos cujas mortes não devem ser lamentadas. Em suma, a diferença no interesse que cada uma das “causas” despertava nas mães e as diferenças na situação social que condicionava a politização das mortes.

‘A dor é a mesma’

Nas falas abaixo, Marli, Eleonora e Bernadete descrevem a maneira como conheceram Cristiane:

– Porque eu achei tão comovente ela perder um filho também e eu também estava sofrendo tanto... Eu só chorava. E eu liguei para ela e nós choramos juntas no telefone, daí que ela me convidou [*para participar do grupo*]. (Marli)

– E o que lhe passou pela cabeça para você ligar para ela [*após tê-la visto na televisão*]?

– Pela dor dela, pela dor dela, para ver se ela conseguia... Pelo telefone, parecia que eu estava abraçada com ela, sentido a mesma dor que ela estava sentido. (Marli)

– Quando eu soube que mataram os dois rapazes ali embaixo, eu fui lá para conversar com ela [*outra mãe que fazia parte do grupo*]. Eu estava com aquela dor que Deus o livre, fui lá dar um apoio para ela. [*É esta mãe lhe disse:*] “Se você quiser ir lá [no grupo], lá eles dão muito apoio para gente” [//]⁶. Porque eu sei, eu sabia o quanto ela [*Cristiane*] estava sofrendo e está ainda... (Eleonora)

– Quando morreu o filho [*da mesma mãe de que fala Eleonora*], foi morto pela polícia também⁷, pela Rone⁸, eu vi na televisão, daí eu fui lá na casa dela. (...) Quando o filho da Cristiane morreu, eu vi também, vi que ela estava montando uma ONG, mas eu não estava botando muita fé, não acreditava muito. (...) Quando o filho da Cristiane morreu, eu tentei várias vezes ligar para ela, eu não conseguia. Daí eu desisti, só falei assim para minha filha: (...) “Coitada dessa mãe. (...) Morreu, a dor é a mesma, toda mãe tem a dor, a falta do filho é a mesma”. (...) Não sei, aquele instinto de ver ela, saber que ela estava sofrendo, aquela dor que ela ia passar, porque aquilo lá era só o começo, porque a dor mesmo ia vir depois. E eu tentei ligar para ela, para falar para ela que, aqui fora, tinha alguém que ela nem conhecia sofrendo a mesma dor que ela. (Bernadete)

As mães descrevem aqui uma das coordenadas que as levou até o grupo. Elas nos falam de uma identificação profunda, emocionalmente densa, com a dor de Cristiane. Nas suas falas, o sofrimento aparece como aquilo que permitiu a elas, ainda que distantes, comunicarem-se de uma forma única com a fundadora: elas “sabiam” qual era a dor que Cristiane sentia.

Na fala abaixo, é Carmem quem descreve seu primeiro contato:

– Ela passou o telefone, daí eu anotei e liguei. (...) Porque aconteceu assim, aconteceu o acidente [*que vitimou seu filho*], aí foram acontecendo acidentes, acidentes e eu vendo acontecer. Falei: “Meu Deus, ninguém faz nada, está morrendo, morrendo, morrendo gente, e ninguém faz nada. Eu vou sozinha e vou começar a gritar? Vou me jogar para o mundo, fazer alguma coisa? Vão me achar louca. Como eu vou fazer para enfrentar alguma coisa?”. Eu tinha que achar alguém para se juntar, para eu sair gritando pela justiça, porque não acontece nada; morre, a gente vê que é culpado e não acontece nada. Depois, a Cristiane começou a falar, falei: “Oba, acho que achei alguém para sair junto” (Carmem)

Carmem indica uma coordenada distinta. A indignação com mortes semelhantes e sua impunidade alimentou seu desejo de ligar para Cristiane, pois, de alguma maneira, queria protestar contra essas mortes e a injustiça que elas representavam.

O encontro das mães com Cristiane e, conseqüentemente, seu engajamento no grupo, exprimem duas dimensões da experiência de perda do filho: de um lado, a dor e a desorientação; de outro, a indignação. Ao mesmo tempo em que levaram as mães até Cristiane, os sentimentos trazidos pela morte do filho nortearam as duas faces do grupo: seu caráter terapêutico e seu caráter político.

‘Tiraram metade de mim’

Abaixo, um trecho de uma das falas de Cristiane nas reuniões do grupo:

– A gente fala das mães, a gente sabe que o pai também sofre muito, a gente sempre fala da mãe porque amamentou, deu à luz, é uma coisa meio que pedaço da gente, que sai assim, que é gerado dentro da gente... A gente diz que mãe é mãe, mas é que mãe não tem jeito, a gente pariu, a gente gerou, a gente pôs no mundo, tem um cordão umbilical, não adianta, está grudado em nós. Os filhos, infelizmente, a gente diz que os filhos são para o mundo, mas os filhos são para nós mesmos, ninguém quer abrir mão de filho. Se você tiver que abrir mão do teu filho para salvar a humanidade, você não dá... “Problema é de vocês, o filho é meu, ninguém toca no meu filho”.

Noutra reunião, em resposta a um relato de Marli (o marido teria duvidado quando ela afirmou que, se pudesse, “teria se jogado na frente” quando os policiais atiraram em seu filho), Cristiane respondeu: “mãe é diferente, nós mulheres somos feitas de algo diferente, não é que o pai não sofre, mas sofre de uma maneira diferente”.

O mesmo tema apareceu nas entrevistas. No trecho abaixo, Marli reivindica a maior profundidade da relação afetiva que, enquanto mãe, tinha com o filho:

– Não sei, eu sentia um cuidado muito grande, deve ser de toda mãe (...). Ou não sei se mãe presente também (...). Ele era muito apegado comigo, muito mais comigo do que com o meu marido, qualquer coisinha ele me ligava, onde ele estivesse, ele me ligava, sempre, sempre, sempre foi assim. Eu era a ídolo dele. Quando eu saía com ele, eu saía abraçada com ele. (Marli)

Como se vê, as mães insistiam na dimensão materna de seu sofrimento: o vigor da relação entre mãe e filho teria como consequência um sofrimento inigualável. Elas tematizam a maternidade como constitutiva da sua identidade de mãe; a forma como a

noção de mãe como “identidade social” informa a sua “identidade ‘experimentada’” ou “identidade do ‘eu’” – para tomar emprestada uma sutil distinção proposta por Goffman (1975, p. 117): a maternidade como uma dimensão constitutiva da subjetividade das mães. É neste sentido que o sofrimento dessas mulheres só se torna inteligível se tomado como “dor de mãe”: a densidade da perda (e, conseqüentemente, a intensidade do sofrimento) ganha sentido a partir da densidade da experiência materna.

Vejamos a maneira como as mães descrevem o sofrimento trazido pela perda de seus filhos:

– Tiraram metade de mim, porque eu só tenho dois filhos (...), a minha metade agora está lá no cemitério dentro de uma gaveta daquelas escuras, trancada. E a família está destruída, simplesmente destruída [/]. Eu trabalhei direto, a vida inteira (...). Só que, depois que eles [os *policiais*] acabaram com a vida do meu filho, tiraram ele de mim (...). Eu não tenho mais ânimo para nada nesta vida, nem para trabalhar. Eu não tenho mais coragem, eu fiquei uma pessoa viva-morta, não tenho mais coragem para nada, eu faço as coisas em casa porque eu vejo a sujeira que tem que limpar, lavar roupa, mas eu fiquei meio assim... Muito desanimada. Perdi todo o ânimo de viver. (Eleonora)

– A gente não participa de mais nada: a gente não participa de aniversário de ninguém, a gente não vai em festa de ninguém, a gente não vai mais, perdeu, acabou tudo. Inclusive, a gente quis afastar os outros filhos para ficar... (...). A impressão que dá assim é que a gente morreu, um pedaço da gente morreu com ele (...). Eu mesma já falei para minhas filhas “você tem que dar graças a Deus o dia que eu morrer”. Elas ficaram bravas comigo, “não mãe, não fale assim, não sei o que”. Eu disse para elas “é sim”, porque a dor é tão grande, é uma dor tão desesperadora, que você perde a vontade de viver (...). Eles [os *policiais*] causam muita desgraça, eles destroem nossos lares, a gente nunca mais vai ser os mesmos, não adianta, por mais que você tente fazer alguma coisa, não sai da tua cabeça, você jamais vai esquecer, não vai, na mesma hora que você pensa que vai dar alguma coisa, vai passar um pouco, volta tudo, você se desespera, é de dia, de noite, tem dia que a gente fica tão desesperada que dá vontade de sair, se enfiar embaixo do primeiro carro que aparecer, dá vontade de fazer qualquer coisa, menos continuar nesse mundo [/]. Nós só não fomos enterrados porque mortos nós já estamos. Se alguém ouviu falar se existe zumbi, zumbi é a gente mesmo. Porque você perde o gosto de tudo, você não tem mais prazer de nada. (Bernadete)

Como escreve Elias (2001, p. 73-74), no contexto de sua discussão sobre a morte no Ocidente, a morte de alguém com quem nutrimos uma relação “investida de valores altamente positivos” redundando em uma “perda de sentido” de tais valores. Escreve ele: “Não foram destruídas só as expectativas, esperanças e alegrias do morto, mas também as dos sobreviventes” (Idem, p. 74). É essa “perda de sentido” que as mães nos transmitem. Abaixo, Cristiane fala da especificidade daquilo que se perde quando morre um filho:

– Só que eu nunca tinha perdido um filho, perdi dois irmãos, mas é diferente, porque você não sonha o sonho do irmão, você sonha o sonho do filho, você não sonha o sonho do pai, da mãe, da irmã, do sobrinho, de ninguém, mas o filho você sonha os sonhos. Um dia você vai ter um filho, você vai entender o que eu digo, você acorda de madrugada, fica olhando para aquela coisinha pequeninha (...), que chora, que precisa de você, que depende e vai crescendo, depois vem o dia a dia, uma coisa engraçada, falam errado, começam a frequentar a escola, você se diverte (...). Quando eles são pequeninhos e a gente vai criando aquele amor, apego e vê que eles dependem da gente e a gente acaba dependendo deles também. E aí quando é tirado, é um buraco.

‘Não dá pra aceitar’

As seguintes falas exprimem ainda outra dimensão da experiência da perda de um filho:

- Pois é, para você ver, um rapaz que gostava de fazer tanta coisa e de repente... (Eleonora)
- Quando você perde um filho por doença, você já fica meio preparado, mas você já pensou, do nada, de repente, o teu filho é atirado no portão da tua casa, no portão. Foi atirado aqui no portão de casa e nunca mais voltou, e o que restou dele naquela hora foi só o prato que ele tinha jantado... (Marli)
- Eu nunca tinha pensado que eu ia perder um filho, jamais eu tinha pensado. Minha mãe perdeu dois filhos, nunca me passou pela cabeça que eu perderia um filho desta maneira. (Cristiane)
- A gente ainda não acredita. Ele [*o marido*] pôs na cabeça dele que o Vinicius [*o filho*] está viajando, pôs na cabeça dele que o filho foi fazer uma viagem, daí que ele voltou a trabalhar. (Vera)

Segundo Elias (2001), “Não importa o quão natural e imutável [*a morte*] possa parecer aos membros de cada sociedade particular: foi apreendida” (p. 10). Neste sentido, caracterizando a maneira como a morte é encarada no Ocidente, dada a pacificação interna das sociedades ocidentais – uma das faces mais marcantes do processo civilizador que estruturou seu desenvolvimento – o autor argumenta:

- Quando [*as pessoas*] tentam imaginar o processo [*de morte*], provavelmente, pensam primeiro numa morte pacífica na cama, resultado de uma doença ou do enfraquecimento causado pela velhice. Esse retrato dá ênfase ao caráter natural do processo, que aparece como normal, ao passo que a morte violenta, particularmente pelas mãos de outra pessoa, aparece como excepcional e criminoso (Idem, p. 57).

É evidente que, ao descreverem a morte dos filhos, as mães operavam nos termos da concepção moderna de morte. Nas falas acima, elas insistem na interrupção repentina e inesperada de uma vida que seguia um rumo duradouro. Opõem a vivacidade dos filhos e os aspectos corriqueiros do dia da morte à brusca irrupção de uma violência insólita. Insistem na

diferença entre a perda abrupta e a perda que é vagarosamente trazida pela doença. Exatamente por ser algo difícil de conceber, relatam que uma das maneiras de lidar com a morte foi encontrar subterfúgios, evitando encará-la como realidade.

Além de ser algo difícil de compreender, as mães viam a morte dos filhos como injusta e inaceitável – sua dificuldade de significá-la não era apenas cognitiva, mas também moral. A morte trouxe sentimentos de revolta e ressentimento, os quais tomaram duas formas na reação das mães.

Em um dos planos, tais sentimentos tinham como alvo principal as forças divinas; seriam elas as responsáveis pela manutenção da regularidade do mundo e, portanto, pelo seu trágico rompimento justamente no caso dos filhos quando nem eles nem seus pais teriam feito algo que justificasse tamanha injustiça. Segundo Geertz (1989), em situações de sofrimento desmedido ou perene, quando o homem se encontra “nos limites de seu poder de suportar”, “a totalidade do significado de um padrão de vida ameaça dissolver-se em um caos de nomes que nada significam e coisas amorfas” (Idem, p. 118). O mesmo ocorreria em situações de injustiça: “O vexame aqui”, diz o autor, “é o hiato entre as coisas como são e como deveriam ser, se nossas concepções do que é certo e do que é errado fazem sentido, o hiato entre o que julgamos que vários indivíduos merecem e o que eles receberam” (Idem, p. 121).

– Fiquei revoltada, todo mundo fica. Na hora, a gente fala, por que é que Deus, eu estou dentro da igreja, fazendo as coisas todas certas, porque é que tirou meu filho, a única pergunta que a gente faz, porque dá uma revolta muito grande. (Rosa)

– Eu tinha uma fé em Deus, muito, sabe (...). Eu fiquei tão revoltada, tão revoltada, que um dia chegou uma mulher ali para falar de Deus para mim, eu mandei ela ir... Pegar o Deus dela e ir para onde ela quisesse. Mas ela: “Por que senhora?”. Eu falei para ela assim: “Pega teu Deus e some daqui”. “Que Deus é esse?”, eu falei para ela. “Que Deus é esse?” (...). Nunca fizemos nada de mal para ninguém (...). A gente sempre ajudou o que a gente podia ajudar (...). A gente sempre trabalhou. E como é que pode Deus deixar uma coisa dessas acontecer? (Bernadete)

Entretanto, a repentina morte do filho não era vivida apenas como obra do destino e de seu ingrato responsável. Ainda na ótica da noção contemporânea de morte tal como traçada por Elias (2001), existia outra dimensão significativa no caráter espúrio e injusto da morte: ela foi violentamente causada por outra pessoa. Neste plano, a vivência da iniquidade da morte e a atribuição de responsabilidades por ela era mais “mundana”. Aqui, a revolta e o ressentimento se concentravam não na cruel insanidade divina, mas no responsável direto pela morte violenta. Tendo sido causada violentamente por alguém, a morte não levava a um afogamento em um caos sem sentido – ela reclamava justiça. Nos termos de Cardoso de Oliveira (2008), pode-se dizer que

a violência física infringida contra os filhos trouxe consigo um insulto moral: ela foi vivida pelas mães como um ato de desrespeito ou desconsideração pela dignidade do filho e, dada a estreiteza da ligação entre os dois, da sua própria. Destaque-se ainda que ocorre uma imbricação e um reforço mútuo entre o sofrimento e a injustiça. O sofrimento trazido pela perda é ele próprio injusto, e a perda é mais sofrida porque é injusta.

– Mas isso [o acidente] não foi um acidente, isso foi um assassinato (...). Isso aí foi maldade, maldade (...). Isso aí ele [o motorista] tinha que pagar, tinha que ir preso, pagar o que ele fez (...). Eu queria ir lá, queria ir ver ele atrás das grades. “Está vendo, você está pagando pelo que você fez, tirou [a vida de] um menino que não devia nada para ninguém, tinha tudo pela frente”, eu queria falar isso na cara dele. (José)

– Para ver o que a gente vai fazer porque a gente não pode perder um filho assim. Você perder um filho e, além de tudo, haver uma injustiça tão grande dessa (...). Porque o erro foi deles [os policiais], foram eles que atiraram no meu filho. E meu filho não devia nada para ninguém, e muito menos para a justiça. Saía normalmente para qualquer lugar, era tranquilo (...). E ficou aí um vazio, a minha casa ficou totalmente vazia, perdeu o brilho. Sabe aquele brilho que você tem de ter toda a família reunida? Perdeu muito desse brilho (...). Ontem, foi um dia que eu entrei em desespero. (Marli)

– Não sei se você conhece aqueles ferros de marcar boi. Nós estamos marcados. Pode ter certeza disso. Marcaram nós para o resto da vida, porque aquela marca jamais sai. Não dá para aceitar, não tem porque aceitar. Isso não, porque a vida dele foi interrompida. (Bernadete)

‘A cura da alma’

“A cura da alma”, nas palavras de Cristiane, é algo no que o grupo era extremamente efetivo. Não que a participação no grupo levasse à superação definitiva da perda, mas, segundo as mães, apesar das recaídas no “desespero”, na “depressão”, depois que elas começaram a participar do grupo, houve um arrefecimento do sofrimento naquilo que ele tinha de mais paralisante:

– Mas ela [Cristiane] me ajudou muito, não posso falar, porque ela me ajudou bastante, não no financeiro, mas no principal de tudo: a gente mesmo. Porque senão a gente é uma morta-viva. (...), eu me sentia morta-viva, tem hora que a gente fica assim. Quando a gente vai lá na Cris, a gente se fortalece mais. (Rosa)

– E você sabe que eu me sinto bem lá! Ela é muito simpática, muito desenvolvida, ela fala bem, ela dá um apoio danado, né? Eu gosto, adoro, porque, antes de eu ir lá, nossa, eu queria ficar só embaixo das cobertas, um solão quente, eu na cama, não tinha vontade de fazer comida, não tinha vontade de fazer nada. Entrei assim em depressão profunda. E, depois que eu comecei a ir lá, ela começou a me dar força, comecei a adquirir aquela força dela. O caso dela foi bem mais recente. Eu entendo que ela faz tudo aquilo, mas ela também sente uma dor terrível por dentro dela, porque ela também perdeu um filho, e olhe que morte

trágica também. Mas, ela ainda consegue transmitir o lado positivo pra gente também. Gosto muito dela. Como é bom a gente ir lá, a gente vai lá se sente bem. (Eleonora)

– Como faz bem! Porque eu trago alegria de lá. Eu consigo preencher essa dor forte que eu sinto no coração lá na igreja, ela me fortalece. Eu consigo preencher um pouco, preencher não é a palavra, mas substituir um pouco da angústia pela alegria de conversar com as mães, com a Cristiane, com a pastora, mãe da Cristiane. Desde que eu comecei a participar.... Se não, acho que eu já teria enlouquecido, já estaria num hospital de louco, num hospital psiquiátrico. Porque você não tem para quem recorrer. Dentro de casa o clima é igual, de morte (...). E daí você saindo e tendo alguém que te apoie é diferente, você conversa e vem para casa melhor. (Marli)

O núcleo da argumentação de Elias (2001) é o que ele encara como uma espécie de recalque da morte no Ocidente. No interior do impulso civilizador que marca o desenvolvimento das sociedades ocidentais, a morte, sendo “um dos grandes perigos biosociais da vida humana”, “é empurrada mais e mais para os bastidores da vida social” (Idem, p. 19). Morrer torna-se, assim, uma questão individual, muito menos pública: “O envolvimento dos outros na morte de um indivíduo diminuiu” (Idem, p. 24). Ao mesmo tempo, Elias destaca que a ausência de espontaneidade na expressão de sentimentos – resultado do autocontrole estrito das emoções que marcam o processo civilizador – desenvolve situações problemáticas que demandam forte participação emocional, como é o caso da morte e do luto. O autor identifica também um processo mais recente de informalização que teria implicado no descrédito das frases e rituais convencionalmente estabelecidos para lidar com as grandes situações de crise da vida humana. Assim, conclui ele: “Morrer é, no presente, uma situação amorfa, uma área vazia no mapa social”⁹ (Idem, p. 36).

É no contexto do silêncio das sociedades modernas sobre a morte que podemos dar sentido à eficácia terapêutica do grupo, à mudança operada na vida das mães a partir de sua participação no grupo. Ele estruturava o “vácuo social” que há em torno da morte.

‘Ajuda porque está todo mundo ali sofrendo...’

Assim como os círculos de estigmatizados (GOFFMAN, 1975), o grupo fornecia às mães um círculo de lamentação onde podiam socializar a dor e encontrar apoio moral de pessoas que sabiam por experiência própria aquilo que elas estavam sentindo:

– Eu acho que ajuda [*participar do grupo*], ajuda bastante, porque daí você vê que não é só você que está sofrendo, porque tem outras mães que, às vezes, sofrem mais do que eu. Tem mãe que é o único filho, tem mãe que perdeu mais do que um filho, então eu acho que ajuda bastante (...), a gente conversa, tudo. (Vera)

A eficácia desse apoio de outras mães fica evidente quando contrastada com o apoio dos demais. Em comparação com a compaixão genuína das mães – a densidade das conversas, dos olhares, reflexo da vivência de um sofrimento cotidiano, enredado no dia a dia da falta do filho – a compaixão dos demais é retratada como rasa e apressada:

– Porque ninguém, por mais que você grite e chore, os vizinhos, o que é que eles vão fazer? Eles vão dizer “Ah, não chore, teu filho vai sofrer se você chorar”, “não chore”, ou vão te abraçar... Agora, com quem passa pela mesma situação da morte de um filho, a conversa é diferente, só de olhar uma na outra você entende... a dor. Você pensa que eu não entendo a Cristiane? Ou não entendo todas as mães? Pra levantar da cama é difícil, a gente pensa, a primeira coisa que você pensa é no filho que morreu. Quando você vai fazer o almoço, você vai fazer o almoço pensando no filho que morreu. Você vai servir a mesa, têm quatro lugares, está faltando um lugar, do teu filho que não está mais ali, é tudo assim. Vai limpar o quarto dele, ele não está ali. Você sai para fazer compra, ou para fazer alguma coisa, ou mercado, ele não está, e, quando você volta, ele também não está. Ele nunca vai estar. Então, as mães se entendem dessa forma e se ajudam dessa forma. (Marli)

O apoio dos demais também pode ser visto como falso: algo que não é fruto da vontade própria, mas do simples cumprimento de uma obrigação social. “Ficam lá com aquela ‘cara de tacho’: ‘está melhorzinha’, ‘está mais calma agora’”, ironizou Cristiane em uma das reuniões ao criticar o afastamento dos amigos e familiares. “Eu vou lá porque se não o que eles vão falar de mim?”¹⁰.

‘O único que pode curar a alma é Deus’

“Nós tratamos essa pessoa com a palavra de Deus, com orações”, relatou-me Cristiane. A religiosidade que marcava as práticas do grupo era outra dimensão a partir da qual a experiência em torno da morte era estruturada, contribuindo para amenizar o sofrimento das mães.

Neste plano, além de sua condição de mãe que “sabe” o que é perder um filho – e que, portanto, tinha legitimidade para apoiar e aconselhar as demais –, Cristiane se valia de sua autoridade religiosa. Auxiliada pelas demais pastoras que frequentavam o grupo, ela guiava as mães no caminho de uma ressignificação da morte dos filhos, que subvertia a percepção da perda como reflexo da vontade de Deus – visão que, como vimos, se impõe em um primeiro momento:

– Não tem nada que atenda às famílias. As famílias ficam dilaceradas, destroçadas. Então, o que a gente começou a entender: primeiro, a família tem uma visão errada da situação, porque o primeiro culpado, mesmo que tenha o culpado físico, ela culpa Deus, o primeiro culpado é Deus, “cadê Deus?”, “onde é que estava Deus?”, “Deus não viu o meu filho?” (...). Mas, Deus não interfere no momento de dizer “não aconteça o acidente”, porque Deus não seria um Deus justo. Quer dizer, como é que Deus interfere em um e não interfere no outro? Livra de uma mãe e não livra de outra? Deus não seria justo.

“Este mundo está podre”, dizia Cristiane nas reuniões. “Deus, realmente, teve misericórdia quando levou os nossos filhos, porque ele guarda a joia, ela está no cofre, não há lugar melhor pra nossos filhos estarem... Isso tudo aqui acaba. Quanto tempo vocês acham que isto vai durar, esse mundo do jeito que está?”.

Se a incapacidade de atribuir sentido à morte do filho era parte do sofrimento, conduzindo à revolta com Deus e à ausência de sentido, a possibilidade de ressignificá-lo, de tecê-lo, novamente, na tessitura moral do mundo tinha o efeito inverso. Segundo Geertz (1989), o que caracteriza a “perspectiva religiosa” é exatamente o fato de que frente às situações de flagrante iniquidade – ou seja, face ao problema do significado no plano moral – ela propõe “uma imagem de tal ordem genuína do mundo”, que permite reconhecer a inescapabilidade da injustiça enquanto nega que ela seja constitutiva do “mundo como um todo” – nega que, em sua essência, a vida careça de “coerência moral”. É assim que entendemos a efetividade da racionalização proposta no grupo no sentido de tornar a perda suportável para as mães: ela reinseria a morte dos filhos em um mundo pleno de sentido, arrefecendo seus efeitos mais disruptivos. A fala abaixo é de Bernadete. O caso de Bernadete é particularmente significativo: dentre as participantes do grupo, ela era a mais esquiva, dizendo-se extremamente magoada com Deus. Ela era aquela que se mostrava mais refratária às tentativas de Cristiane de consolar as mães:

– Porque eu não acreditava em outra vida, para mim, morreu, acabou (...). Mas e aquela vontade de querer ver, aquele desespero de querer ver ele de novo. E daí eu fico pensando que nem a Cristiane falou que tem que acreditar em alguma coisa, tem que acreditar em Deus porque só através de Deus que a gente vai ver. Acho que foi daí que eu comecei a pensar um pouquinho, voltar a tentar me consolar um pouco e voltar... Não estou assim com aquela fé toda em Deus ainda de novo não (...). Eu acredito que Deus me traiu muito. Se Deus é bom, é fiel, eu acredito que ele me traiu, não tinha porquê. Se Deus é justo e certo, eu acho que isso aí não deveria de ter acontecido. Mas daí eu fico pensando: E a Cristiane, que nasceu dentro de uma igreja, é evangélica, como é que foi acontecer isso com ela também? Então, tudo isso vai em frente...

Entre algumas das mães emergiu uma ressignificação ainda mais radical da perda do filho, nos termos da qual a morte se tornava parte de uma missão que Deus teria dado a elas. “Era o momento. Como é que Deus ia fazer eu fazer isso com vocês se meu filho não morresse”, disse Cristiane em uma das reuniões. Em sua entrevista, Rosa me confessou: “Tem hora que eu penso assim, que se Deus fez isso é porque ele queria unir todas lá, porque dá para ver que todo mundo tem uma história quase parecida”.

Entretanto, apreender a religiosidade que perpassa o grupo olhando apenas para a possibilidade que ela dá às mães de ressignificar a morte do filho é traçar uma imagem inexata da religião. Durkheim (1996) nos ensina que “a verdadeira função da religião” é “nos ajudar a viver”. Se o fiel é um homem que “sente em si mais força, seja para suportar as dificuldades da existência, seja para vencê-las”, diz ele, “não se percebe como uma simples ideia poderia ter essa eficácia” (p. 459). “O culto”, argumenta Durkheim, “é que suscita essas impressões de alegria, de paz interior, de serenidade, de entusiasmo, que são para o fiel como a prova experimental de suas crenças” (p. 460). Também Geertz (1989) assinala a preponderância da prática na religião. O ponto fundamental da “perspectiva religiosa”, argumenta ele, é que “aquele que tiver de saber precisa primeiro acreditar” (p. 126), e “é no ritual (...) que se origina, de alguma forma, essa convicção de que as concepções religiosas são verídicas e de que as diretas religiosas são corretas” (p. 128). Portanto, é através da prática que a crença se torna efetiva.

Nestes termos, podemos apreciar a importância da religiosidade do grupo no sentido de ajudar a suportar a perda em toda a sua dimensão. O próprio fato de as reuniões serem realizadas em uma igreja ganha relevo: as mães, por vezes, referiam-se ao grupo como “Igreja” ou “Igreja da Cristiane”. Em uma das reuniões, falando a respeito da locação diferente que iria ter o Instituto Paz no Trânsito (IPTran)¹¹, Cristiane disse: “Nossas reuniões vão continuar aqui, porque aqui é o lugar onde Deus está, as pessoas vêm, louvam a Deus, oram, é um lugar santo, é um momento que a gente tem de chegar junto com Deus e perguntar ‘o senhor está aí Deus?’, nós estamos aqui”. Percebe-se, igualmente, a importância das orações que marcam o início e o fechamento de cada reunião. “Vocês não sentiram a presença de Deus aqui?”, “foi Deus quem falou”, disse Cristiane, emocionada, após o término de uma delas.

A efetividade terapêutica da prática religiosa é um recurso do qual as mães se valiam, inclusive, para além da sua presença no grupo. Nas falas abaixo, as mães descrevem a maneira como recorreram à prática religiosa, seja frequentando suas igrejas de costume, seja buscando novas alternativas religiosas:

– No primeiro momento, eu fiquei revoltada, eu briguei muito com Deus. Como se diz: “Ah, foi a vontade de Deus”. Mas, daí eu perguntava: “Por que meu filho?”, “por que tem que ser a vontade dele?”, porque na hora você fala as coisas e não pensa. Mas, eu não deixei de ir à igreja, nunca parei de ir à igreja, se me convidam eu vou em outras igrejas, (...) sempre vou, porque mal não vai me fazer. (Vera)

– Não sei, parece que [ir à igreja] me preenche mais, eu sento, fico assistindo à missa, ao culto e parece que eu saio de lá mais aliviada (...). Já fui em centro espírita, já fui numa cartomante, tudo em busca de ajuda (...). Eu não me atiro completamente, eu sou meio um pé para frente e dois para trás. Eu não sei se é o certo ou se é errado. Eu vou, mas tenho minhas dúvidas. Acho que o mais certo é a gente ter fé em Deus e pedir justiça pra Ele (...). Porque eu acho que o que resolve mesmo é só Ele. O resto a gente procura... Mas, Deus mesmo é que dá força pra nós. (Eleonora)

– Porque o espiritismo é uma esperança pra mim, uma esperança, eu não sei se de ver meu filho, de conversar com ele, ou de sentir ele, eles ensinam isso pra gente, eles ensinam como lidar com a morte: “Por que a morte?”, “por que dessa maneira?”, “por quê?” (...). Mas, eles ensinam bastante a gente (...). Então, eu frequento, de vez em quando, eu vou para me ajudar. Porque a mãe, onde ela encontrar um pedacinho de esperança, que ela ver que aquela pessoa vai fazer bem para ela no que está acontecendo, ela vai, independente de religião. E é isso que está acontecendo comigo. (Marli)

‘Que a justiça seja feita’

Ao mesmo tempo em que conduzia as mães a uma reinterpretação da morte do filho que esvaziava a responsabilidade divina, Cristiane insistia, continuamente, na necessidade de se buscar a responsabilização dos culpados diretos pela morte. Ela procurava conduzir o desejo de reparação das mães que, às vezes, tomava forma através da vingança, nos termos da justiça legal. Apelando para concepções religiosas de justiça, Cristiane também tentava dar esperanças às mães incentivando-as a prosseguir na luta.

Caracterizando o entendimento das mães e familiares de vítimas junto às quais pesquisou Leite (2004a), argumenta que suas interlocutoras operavam a partir de uma “visão múltipla em relação à justiça” (p. 181), isto é, “uma bricolagem, que se expressa no recurso a diversas concepções de justiça” (Idem). O mesmo se dava entre as mães do grupo. Recorrendo a diferentes concepções de justiça, as mães evitavam encarar a possibilidade de que os culpados pela morte de seus filhos saíssem ilesos e realimentavam suas esperanças de modo a persistirem na luta.

Algumas mães relataram o desejo de fazer justiça com as próprias mãos: a vingança aparecia como uma saída para o insuportável da dor, do sofrimento e da injustiça trazido pela morte dos filhos. Abaixo, vemos a vivacidade com que Bernadete imaginou vingar a morte de seu filho e a maneira como o tempo trabalhou no sentido de esfriar sua raiva:

– A gente ia para morrer e para matar, que era para acabar mesmo, porque nós não aguentávamos mais a dor, que é muito desesperadora. Quem falar para vocês que aconteceu um caso desses, disser que não pensa em vingança, é mentira, é a primeira coisa que você pensa. A gente só não largou o corpo dele ali e fomos atrás porque, na realidade, a gente não tinha certeza da onde que era a polícia, quem eram os policiais. Porque, se a gente soubesse, a gente tinha ido lá e explodido com eles, sei lá de que jeito. A gente comprava gasolina, metia fogo, ou pegava uns carros, ia lá e entrava com carro e com tudo lá, que explodisse tudo, a gente não estava nem aí. Porque, quando você vê um filho picado de bala, o desespero é muito grande. Agora, a gente está um pouquinho... Não vou dizer que a gente está totalmente conformado. (Bernadete)

Vera relatou que esteve prestes a avançar sobre o responsável pela morte do filho, mas, no momento, não teve coragem – a indisposição para a violência e os custos nela implicados a impediram:

– Vi ele, parei na frente da casa dele [*do responsável pelo acidente que vitimou o filho*], fiquei olhando para ele. Mas, não tive coragem de falar com ele, porque daí comecei a passar mal, comecei a vomitar. Nossa, foi um horror! Eu estava com um ajudante do lado, daí ele: “Vera, melhor nós irmos embora”. Até ele que trouxe o caminhão, não deixou [*ela dirigir*]... Minha vontade era passar por cima, vingar meu filho. Só que igual o [*ajudante*] disse: “Não adianta você fazer isso, você vai estragar tua vida e não vai ajudar teu filho em nada”. Aí foi que eu pensei, pensei... (Vera)

O horizonte das mães mirava, principalmente, a punição legal dos culpados. Segundo Leite (2004a), é possível entendermos a forma como a justiça opera como substituto efetivo da vingança na medida que “o sistema judiciário moderno é sucedâneo civilizado para a vingança privada e, nesses termos, em alguma medida, representa uma vingança institucionalizada” (p. 177). E a vingança, lembra a autora, citando Barrington Moore Jr.: “Também significa uma reafirmação da dignidade e do valor humano após a injúria ou dano. Ambos são sentimentos básicos subjacentes à ira moral e ao sentimento de injustiça” (BARRINGTON MOORE JR., 1987, p. 38 *apud* LEITE, 2004a, p. 178). Nos termos de Cardoso de Oliveira (2008,), uma vez que a violência perpetrada contra o filho é vivida pela mãe como um insulto moral – uma intolerável agressão à sua dignidade –, a punição legal atestaria o “caráter normativamente incorreto e merecedor de sanção social negativa” (p. 138) de tal injúria, possibilitando o resgate para as vítimas de sua “identidade de pessoa moral, digna de estima e consideração” (Idem).

Uma vez que a punição legal encarnava o reconhecimento do ato que lhes trouxe dor e infâmia como algo reprovável, entende-se que, com ela, o sofrimento causado pela morte do filho se tornaria mais suportável:

– Então, a justiça pra mim, eles atrás das grades, eu acho que iria amenizar assim em 20% a minha dor. Mas, que esses 20% eu já poderia preencher com alguma coisa melhor. (Marli)

– Eu acho que, se eles fossem para cadeia, eu ia ficar mais sossegada porque eu ia saber que eles não estão ceifando mais vidas, fazendo outras mães chorarem, outras mães perderem filhos ou filhas ou netos. Eu acho que eu ficaria mais aliviada por isso. Que a justiça seja feita. (Eleonora)

Além das declarações das mães, a maneira como reagem às idas e vindas dos casos exprime a importância da justiça como o canal privilegiado para expurgar a dor e a infâmia. Em uma das reuniões, tendo recebido a notícia da primeira audiência e do possível desligamento da corporação dos policiais responsáveis pela morte do seu filho, Bernadete pediu a palavra após

sucessivas reuniões em que manteve uma postura esquivada. “Quero agradecer a vocês, à Cris”. Ela se disse arrependida pelo juramento de vingança que teria feito sobre o caixão do filho e pela maneira como tratou (“expulsei do meu portão”) aqueles que vieram “falar de Deus” para ela. “Ainda bem que eu vim”, diz ela, depois de confessar que, a princípio, não queria frequentar o grupo, “não sei se tinha uma força me puxando”.

Outra foi a sua reação no dia da primeira audiência do caso de seu filho. Depois de ser interrogada, Bernadete se mostrou absolutamente descrente quanto à possibilidade de um desfecho justo. A audiência teria se ocupado somente de questões que poderiam culpar seu filho. “Isso aqui não adianta nada! O negócio é olho por olho, dente por dente”. Descrente, disse que pediria ao marido que “pare de sofrer, pense que o filho foi viajar” e para “se mudarem, sumir”, pois iria “desistir de lutar”. “Isso aqui não vai trazer meu filho de volta. Se Deus existisse, ele deveria vir e acabar com tudo, porque está tudo perdido. Parece que isso é um pesadelo e que eu vou acordar”.

Também Marli, que, junto comigo, aguardou ansiosa na sala de espera o retorno de Bernadete, é invadida pela descrença desta última. Enquanto Bernadete era interrogada, ela me disse: “Mídia não resolve nada, só faz pressão no momento, o que adianta é isso aqui”. Todavia, ao ver a decepção de Bernadete diante dos rumos tomados pela audiência, ela disse:

– Para mim, até agora, eu pensava que faz diferença sim, porque é uma questão de honra para uma mãe... Mas, se o nosso filho já morreu, e se você está contando isso... Tanto faz se eles se safarem ou não, é indiferente, para nós não vai fazer diferença... Isso não é mais vida para nós, falar a verdade... Falando bem sério para você, eu vou lá na Cristiane, vou toda terça-feira para curar um pouco minha alma, mas nada, nada, nada resolve, para mim nada... Eles matam nossos filhos e fica por isso mesmo... Dá vontade de fazer um curso de tiro e sair matando. (Marli)

A busca pela reparação operava através de uma bricolagem entre práticas e discursos envolvidos nas noções de “justiça dos homens” e de “justiça divina”. O objetivo era a punição legal dos culpados e, para tanto, as mães empreendiam uma luta diária, na qual se esperava que Deus interviesse para que, com sua ajuda, os culpados fossem finalmente punidos.

Durante uma das reuniões, Cristiane insistiu na necessidade de se adotar uma postura ativa: “Não ficar em casa chorando, Deus não vai descer de seu pedestal para fazer o que você pode fazer”. Entretanto, outro foi o tom da oração que a pastora Maria, uma das mais frequentes no grupo, fez no final da reunião, quando pediu às mães que apelassem para a ajuda divina: “Clamem a Deus. Nada é impossível para Deus”. Depois da oração, emocionada, Cristiane deu a mesma sugestão às mães: “Clamem em voz alta”. É possível ver essa mesma recomposição de práticas e concepções de justiça, em princípio contraditórias, em uma reunião em que Cristiane tentou consolar uma das presentes do resultado decepcionante de um julgamento:

– Deixa Deus agir. Nós cremos que Deus vai fazer... Deus tem feito, Deus tem feito. Se a gente tivesse a tranquilidade de deixar tudo na mão de Deus era melhor, mas a gente precisa fazer, porque, senão, a gente enlouquece, Deus sabe disso (...). Sabendo que Deus é por nós e se ele é por nós, quem será contra nós? Entendendo que ele é que vai à frente e, se ele vai à frente, está garantida a vitória. Fazemos até onde dá pra fazer, a tua parte é orar e fazer a tua parte, e a parte de Deus, ele faz.

A crença das mães de que Deus era seu aliado na luta por justiça reforçava sua esperança na punição dos culpados:

– O que eu penso agora? Eu penso em só fazer justiça, ver a justiça do meu filho ser feita, que Deus coloque as mãos e que esse promotor, delegado, advogado e que todas as pessoas envolvidas me ajudem em nome do meu filho. Que essas pessoas paguem pelo que elas fizeram. Como as outras pessoas dizem, agora não adianta fazer mais nada, não adianta fazer vingança, também não é da nossa índole... Nós somos vítimas... Mas, que a justiça seja feita, que eu possa mostrar para o mundo, mostrar pra todas as mães que o meu filho era uma pessoa inocente, que meu filho era uma pessoa que não devia nada, que meu filho morreu sem saber (...). Então, eu só espero a justiça. (Marli)

– Eu procurei todos os meios legais, estou correndo atrás, não fiz nada, nada, nada, assim que... [*fora do âmbito legal, que pudesse comprometer seus direitos*]. Estou procurando os meus direitos. Eu espero mesmo que sejam cumpridas as leis, apesar de não acreditar muito, porque eu acho que, no Brasil, não existe lei [//]. Eu só pedia que, se tivesse, existisse lei e, se existisse Deus mesmo, que a justiça fosse feita. É a única coisa que eu peço. (Bernadete)

O recurso à “justiça divina” era também uma maneira de lidar com a possibilidade de que, legalmente, os culpados ficassem impunes. A “justiça divina” funcionava como uma válvula de escape: a simples ausência de reparação era intolerável; se a “justiça mundana” era falha, a “divina” seria infalível:

– Porque, com certeza, um dia ou outro, eles vão ter que se apresentar, né? Acho que vai haver julgamento, essas coisas, porque não fica impune, né? Ou fica? (...). Eu espero que não fique, porque eu vou lutar, eu vou lutar até o fim, enquanto eu estiver aqui, eu vou atrás. Se vai resolver ou não... Não sei se vai resolver ou não, mas a justiça divina vai ser feita. Deus vai dar um jeito de punir eles, porque não é assim, chegar e tirar a vida do próximo, sem mais, sem menos, não é assim não. Tenho a impressão que não pode ser feito assim. (Eleonora)

– E lá no papel está que ele pagou 200 reais e foi embora. A vida do meu filho custa 200 reais? (...). Eu ia pagar com uns cinco reais a conta pra ele, que é o preço de duas balas (...). Só que vou esperar a justiça. Se ele não pagar aqui, ele vai pagar lá em cima, ele vai pagar lá em cima. Agora, se eu não tivesse mais ninguém, não tivesse outro filho e minha mãe não estivesse mais nesse mundo, era na hora, era na hora. (José)

‘Os travesseiros não vão para as ruas’

Durante as reuniões, Cristiane incentivava muito as mães a olharem para além da morte de seus filhos: a dor trazida pela perda devia ancorar a empatia e a preocupação com a dor que mortes similares traziam ou podiam trazer a outras mães e a outras “famílias”. Na sua entrevista, ela me falou a respeito do projeto de um livro que estaria escrevendo. O título, *Filhos plantados*, e a explicação do porquê dessa escolha indicavam a mesma intenção subjacente: tecer o sentido da morte dos filhos com aquilo que deveria advir disto:

– Veio filhos plantados, porque, quando eu deixei o Rafael naquela terra, no cemitério, eu acabei entendendo que o Rafael era uma semente. E, quando eu converso com cada mãe, cada pai que perdeu um filho, eu vejo que eles colocam o filho como se fosse uma semente, querem colher frutos disso. Daí, então, veio o título: *Filhos plantados*.

“Eu acho que, se eles [os policiais] fossem para cadeia”, disse-me Eleonora, “eu ia ficar mais sossegada, porque eu ia saber que eles não estão ceifando mais vidas, fazendo outras mães chorarem, outras mães perderem filhos ou filhas ou netos. Eu acho que eu ficava mais aliviada por isso. Que a justiça seja feita”. Na maneira como articulava seu desejo de justiça, Eleonora olhava para as outras vítimas que os policiais poderiam fazer.

Nesse movimento, os “casos” travestiam-se em “causa” (BARREIRA, 2001), e cada um dos filhos mortos era transformado em “caso particular do geral” (LEITE, 2004a). Assim, as mães não apenas “corriam atrás”, à exaustão, no plano individual, mas também se organizavam coletivamente. É preciso que “a justiça seja feita”, diziam elas, e a expressão falava tanto da necessidade punição dos culpados diretos pela morte de seus filhos quanto da tentativa de evitar que outros fossem vitimados como eles.

O horizonte aqui era a política. “Os travesseiros ficam muito encharcados de lágrimas, e fica muito, não tem jeito, você dorme chorando e acorda chorando, só que os travesseiros não vão para as ruas”, disse-me Cristiane em sua entrevista. Da perspectiva de Cristiane, sua ação política mais ambiciosa era a criação do Instituto Paz no Trânsito (IPTran), organização não governamental voltada para a questão da “violência do trânsito”. Na época, Cristiane ainda buscava resolver os diversos trâmites burocráticos necessários. Ainda assim, o IPTran era tido como algo já estabelecido, e faixas trazendo o nome do instituto acompanharam duas das incursões que o grupo fez ao espaço público. Embora IPTran e o grupo não fossem a mesma coisa, ambos se confundiam nas ações políticas das quais as mães participavam. A criação do IPTran e indistinção entre IPTran e o grupo nos atos demarcavam o acantonamento político das mães de vítimas de violência policial.

No período do trabalho de campo, as mães participaram de três ações públicas. A primeira delas foi um fórum promovido pelo IPTran em parceria com uma pequena faculdade particular intitulado “Violência no trânsito e suas consequências como problema de todos”. Apesar da convocação feita por Cristiane na reunião anterior, as mães não compareceram. Ainda assim, Cristiane foi a personagem principal do fórum. Além disso, foi exibido um vídeo montado a partir das fotos dos filhos mortos (naquele contexto, todos, inadvertidamente, convertidos em vítimas do trânsito).

As mães participaram também de um pequeno ato: “Passeata pela Paz no Trânsito”. “Conscientizar nossos alunos a respeito do trânsito” era o objetivo da mobilização, como disse a diretora da escola, no seu discurso durante a concentração. Além de camisetas, faixas e *banners* do grupo e individuais, as mães carregavam as faixas do IPTran (Imagem 1).

Imagem 1:



Fonte: foto do autor, em campo

Finalmente, as mães estavam participando da coleta de assinaturas para o encaminhamento de uma proposta de endurecimento da legislação de trânsito. Encabeçada por um movimento também constituído por familiares de vítimas do trânsito, a coleta vinha sendo realizada nacionalmente, e o grupo das mães representava uma espécie de núcleo regional de coleta. Aos sábados, pela manhã, elas se instalavam em um conhecido ponto da cidade marcado pela intensa circulação de pessoas. Além das camisetas, as mães demarcavam sua presença através de *banners* e faixas que elas instalavam no monumento que ali havia, abordando os transeuntes atraídos pela presença inusitada.

Olhando para a atuação política das mães, gostaria de explorar duas questões: a centralidade daquilo que Barreira (2001) chamou de “política dos sentimentos” na sua estratégia política e o processo de vocalização da causa do trânsito e de acantonamento político das mães de vítimas de violência policial.

‘Quanto vale um filho pra Justiça brasileira?’

Como vimos, as mães experimentavam uma sensação de isolamento: somente aquelas que perderam um filho compreendem o sofrimento trazido pela perda. Entretanto, no plano da ação política, era exatamente na comunicabilidade da dor e do sofrimento envolvidos na perda de um filho que as mães apostavam. Operando nos termos daquilo que Barreira (2001) chamou de “política dos sentimentos”, as mães sabiam que, ao falar na dor da perda de um filho, apelavam para “sensibilidades coletivas”, sentimentos referidos a valores profundamente arraigados, capazes de agenciar o apoio de seus interlocutores.

Novamente, a “dor de mãe” ganhava destaque. Calcadas no pressuposto cultural segundo o qual entre mães e filhos se dariam “os laços primordiais mais estreitos”, de modo que a dor e a perda seriam “mais intensamente experimentadas pelas mães” (LEITE, 2004a, p. 155), as mães angariavam uma “legitimidade insuspeita”, uma “credibilidade inquestionável” (BARREIRA, 2001, p. 106).

“Aquela pergunta que deixo no ar: será preciso morrer um filho de cada família nesta nação pra que alguma coisa seja feita?” Era uma questão a qual Cristiane recorria com frequência em seus discursos. A história abaixo era outra a qual ela também recorria com frequência:

– Eu pedi para ele assinar e ele falou: “Não, eu não vou assinar”, falei “por quê?”, ele falou “porque eu bebo e dirijo”. Eu sabia que ele não tinha filhos porque ele era bem jovem. Eu falei para ele: “Você tem filhos?”, e a resposta dele foi automática: “Não”, como quem diz: “Não tenho filhos, não tenho porquê me preocupar”. Então eu falei “mas e você tem mãe?”. Aí ele parou naquele momento, ele olhou para o céu, ele olhou para o chão, ele me olhou e falou: “Me dá que eu vou assinar”. E tinha uma moça com ele. Ela brincou: “Hoje, você dirige”.

Os materiais que acompanhavam as mães em suas incursões ao espaço público permitem observar a maneira como agenciavam a dor da perda na luta política, retratando, além disso, a importância das fotos – “provas de existências interrompidas”, como dizem Catela e Novaes (2004) – nessa estratégia política. Variações de uma mesma proposta gráfica, as camisetas e *banners* das mães traziam uma disposição de fotos dos filhos juntamente com a frase “vítimas da impunidade”. Havia dois *banners*: um dava destaque às fotos, que vinham em tamanho grande, com a frase escrita abaixo; o outro apresentava as fotos em tamanho menor, reservando espaço para um subtítulo: “A vida um dia nos brindou com uma grande surpresa: a morte injusta dos nossos filhos, vítimas de violência, pois foram arrancados de suas famílias de maneira cruel. Somos realmente vítimas da impunidade no Brasil. Lutamos por justiça” (Imagem 2 e Imagem 3):

Imagem 2



Imagem 3



Fonte: fotos do autor, em campo

As camisetas traziam as fotos nas costas e a frase na frente; e, acima da frase, a camiseta de cada mãe tinha uma foto grande do respectivo filho.

A relação entre Cristiane, o grupo e a política convencional também é elucidativa dos termos da estratégia política que ela e o grupo seguiam. Os sentimentos que as mães mobilizavam, os valores em nome dos quais falavam eram antitéticos àqueles que, segundo cremos, regem a política convencional. A contrariedade entre a grandeza do sofrimento de uma mãe diante da perda do filho, a adesão pronta que ele exige a desconfiança que paira sobre as ações políticas e a mesquinhez que as constitui torna o trânsito entre estas duas esferas marcado por um risco iminente de poluição.¹²

Depois que se tornou uma figura pública, mais de uma vez, Cristiane foi sondada para uma possível candidatura a um cargo político: “Vieram me oferecer até o senado, depois vereador”. Entretanto, ainda que considerasse necessário que “pessoas de bem”, que os “cristãos” fizessem parte da política, confessando que, antes do acidente do filho, chegou, inclusive, a cogitar se candidatar a um cargo público – “muito tempo atrás eu dizia assim: ‘Puxa, se eu fosse vereadora eu podia ajudar esse povo das favelas’” –, depois do acidente, ela negava de forma contundente um possível engajamento seu na política convencional: “Não vou fazer da morte do meu filho palanque político”, era uma frase frequentemente repetida em seus discursos. O desejo que antes tinha manifestado pela política teria agora arrefecido: “Eu vi que, realmente, não é lugar pra mim”. A recusa de Cristiane em se arriscar na política convencional exprime um aguçado senso político: uma vez que, na condição de mães, elas agenciam valores de credibilidade inquestionável, lhes é vedada a inserção no reino da política convencional, uma esfera marcada pelo interesse.

“Não me aproximei de Cristiane por causa de eleição ou porque eu sou deputado federal”, disse o então deputado federal e candidato à reeleição Marcelo Almeida (defensor de políticas que promovessem a segurança no trânsito e que se tornara próximo de Cristiane e do grupo) no breve discurso realizado no final da passeata da qual as mães participaram. “É como pai” que se sentiria engajado nessa luta, continuou ele, pois “é inadmissível perder um filho para o trânsito”. Ou seja, quando o trânsito entre os dois âmbitos é feito, é necessário todo um trabalho de manipulação simbólica: ao afastar sua condição de político e se colocar no papel de pai, Marcelo Almeida afastava a interpretação desastrosa de que ele estaria ali extraindo ganhos políticos do sofrimento das mães e convertia sua presença na passeata e sua aproximação de Cristiane e das demais mães em um produto com os mesmos valores desinteressados nos termos dos quais elas atuavam de forma tão eficiente.

‘Quando fala que é policial todo mundo vira as costas’

Pouco antes do início de uma das reuniões, algumas das mães presentes discutiam a confecção das camisetas do grupo, quando, no meio da conversa, em tom de discordância, Marli indagou se a camiseta traria inscrita alguma referência à questão do trânsito, uma vez que, justificou-se ela, nem todos os casos seriam de vítimas de acidentes de trânsito. Mais tarde, durante essa mesma reunião, Marli tomou a palavra e, com um desconforto evidente, queixou-se de que Cristiane teria deixado de falar em suas aparições públicas sobre as mortes causadas por policiais, pedindo mais atenção para as mães de vítimas de violência policial.

Em outra reunião, a questão voltou a emergir. Notando a postura distante de Bernadete, que, neste dia, se encontrava muito arredia, Cristiane e as demais insistiram para que ela falasse. Como Bernadete, renitente, manteve-se em silêncio, foi Marli quem acabou falando: “A gente tá precisando de apoio”, disse, destacando que elas, as mães que perderam e tiveram os filhos assassinados por policiais, estiveram presentes nas reivindicações em torno do trânsito. “Todos que estão aqui têm dor” – nervosa, começou a chorar – “mas é humilhante demais, humilhante demais a gente perder um filho pra polícia”.

Nas entrevistas, as mães de vítimas de violência policial reconheceram a predominância da questão do trânsito no grupo. A sua participação no grupo estaria relacionada à dimensão terapêutica que comporta:

– Assim, ali dentro da igreja, sim, nós somos acolhidas. Apesar de que a causa da Cristiane é outra, é o trânsito, é a morte no trânsito (...). Ela mesma já falou que tentou procurar ajuda para nós, e chegaram para ela e falaram pra ela: “Mas, a gente não pode ajudar. Como é que você quer ajudar elas se você precisa da polícia?”. Então, todo mundo, eles evitam de ajudar nós porque diz que ela vai mexer com a polícia. Ela não tem como ajudar nós, ela está amarrada, ela não tem como ajudar nós. Nós vamos lá, assim, para participar, pra gente ter um apoio moral. Mas, esse negócio de mídia, de correr atrás de processo, advogado, esses negócios, é tudo nós sozinha que estamos. (Benedita)

– Eu digo para você o seguinte: Eu vou lá por causa da dor, para que a dor seja amenizada e para a gente se ajudar espiritualmente porque me faz bem. Mas, lá é mais ligado ao trânsito mesmo, aliás, lá é 100% trânsito, tanto que eles fizeram lá o IPTan. Então, as mães que perderam filhos para policiais têm o apoio, mas o apoio espiritual, o apoio da dor, o acolhimento da dor, mas outra coisa a gente não espera porque a gente sabe que é do trânsito, a gente sabe disso, a gente tem consciência. Lógico que, às vezes, a gente precisa de alguma coisa, uma ajuda ou outra, mas, nesse caso de policiais, não. (Marli)

É possível apreender a ênfase da atuação política do grupo na “causa” do trânsito e a ausência de politização da violência policial como uma sutil relação de poder. Segundo Bachrach e Baratz (1979), o poder não é exercido apenas através da tomada de decisões. Ele atua também através daquelas dimensões da relação que não estão em disputa: pontos sobre os quais não se decide, mas que subterraneamente beneficiam um dos polos da relação. Nesse sentido, os autores chamam a atenção para uma face de difícil visualização das relações de poder, que se inscreve nos vieses que constituem a própria relação.

Muito embora o grupo não travasse uma disputa aberta pelos termos de sua atuação política, havia ali um conflito latente. Ainda que tímidas, as reações de Marli e Benedita trouxeram à tona a imposição de uma tendência na atuação do grupo, desvantajosa para a minoria composta por elas e pelas demais mães de vítimas de violência policial.

Mas de que forma se constitui tal viés no grupo?

A discussão de Becker (2008) em torno do que ele chama de “empreendedores morais” fornece um aparato conceitual útil. Com essa noção, Becker objetiva evitar uma visão mecanicista do social; as regras e sua imposição não fluem automaticamente do corpo social, devendo ser encaradas como produto da iniciativa de atores específicos: os “empreendedores morais”. Se o grupo desenvolveu uma empresa moral focada na “paz no trânsito” – empenhando-se na construção da violência no trânsito como um problema público e na proposição de novas regras que, em seu entendimento, diminuiriam os acidentes – o mesmo não ocorreu com a violência policial. Segundo Becker, o desenvolvimento de uma empresa moral é função da iniciativa dos atores e da situação social em que a empresa se insere. Na esteira de Becker (Idem), a resposta para o acantonamento político das mães de vítimas de violência policial deve ser buscada no interesse dos atores em se tornarem empreendedores morais e na configuração social em que a empresa moral se ancora.

A formação do grupo estava indelevelmente colada à figura de Cristiane e à história do acidente que vitimou seu filho. “Com a morte do filho, eu virei um símbolo de luta”, ela me disse. Cristiane atraiu para o grupo muitas mães que, como ela, perderam seus filhos em acidentes de trânsito. Havia, neste sentido, uma clara predominância numérica de mães cujos filhos haviam sido vitimados no trânsito. Ainda que a maioria destas mães tivesse uma participação fluida, a repetição de histórias de acidentes, geralmente envolvendo a ingestão de bebida alcoólica e a dificuldade de punição legal dos culpados, dava o tom das reuniões e o norte da ação política. Além disso, era Cristiane quem regia as reuniões e as atividades políticas do grupo, ela própria profundamente engajada na “causa” da “paz no trânsito” e desinteressada na questão de violência policial. “Eu não perdi meu filho para policiais”, disse-me ela em sua entrevista.

Muito embora manifestassem seu descontentamento com relação à restrição do foco político do grupo nas mortes causadas por acidentes de trânsito, as mães de vítimas da violência policial não demonstravam interesse em tomar a frente em um empreendimento moral que pusesse em questão o tipo de violência que vitimou seus filhos. No trecho abaixo, Marli explica porque, quando o jornal local de maior circulação ofereceu-se para auxiliá-la e as demais mães de vítimas de violência policial a formarem um grupo específico para o problema da violência policial, a proposta foi recusada:

– Eu não aceitei porque nós não curamos a nossa dor ainda, e não resolvemos ainda o nosso problema, tanto que o inquérito do meu filho está parado. Como a gente vai montar uma associação sem ter resolvido o nosso problema, sem ter feito justiça com os nossos filhos? (...). A gente tem primeiro que estar bem para depois acolher as outras pessoas e ajudar as outras pessoas. Eu não vou ajudar a outra pessoa com choro. Se eu estou com a dor, estou ferida ainda, como eu vou ajudar a outra mãe, chamar ela para uma associação e dizer “venha”? Eu não posso, eu não estou preparada, eu não passei por psicólogo, eu não passei por nada, eu tive que me levantar sozinha. Claro, eu fui lá na Cristiane, lá na igreja. Então, eu não me sinto preparada para assumir uma associação pra dar apoio para as mães que sofreram violência policial. (Marli)

Como se vê, Marli justificou sua recusa com uma separação entre sua dor e sua luta e a ajuda a outras mães vitimadas pela mesma violência que ela. É interessante comparar a explicação que Marli deu para sua recusa com a concepção de Cristiane de que sua luta pela bandeira da “paz no trânsito” necessariamente transcende seu caso particular:

– Esses dias até recebi um recado dizendo que a minha bandeira era a morte do meu filho. Não é verdade, a minha bandeira não é a morte do meu filho, a minha bandeira são os meus filhos que estão vivos. Hoje, eu tenho uma bandeira que é pelos filhos deste país, os que ainda estão vivos, porque os mortos não precisam de nada. Não existe bandeira levantada por morto, para morto, a bandeira que você levanta é pelos vivos. É pelos filhos desses que nos criticam.

Além disso, mais que um desinteresse na causa de vítimas de policiais, Cristiane tinha certo receio das consequências que tal posição poderia acarretar:

– É lógico que eu não posso abraçar uma causa de policiais (...). Muito pelo contrário, eu preciso da polícia pra poder desenvolver o que eu tenho que fazer com o trânsito, a polícia tem que ser minha amiga, minha parceira. De maneira nenhuma eu, quero ser inimiga dos policiais porque eu preciso deles para um trânsito melhor. São eles que vão prender o bêbado, o drogado, o jovem irresponsável que faz racha, então, nós temos uma parceria com eles, mas, de maneira nenhuma, a gente fecha a porta ou fecha os olhos para não ter contato [*com as mães de vítimas da violência policial*], a gente quer mais ajudar a pessoa.

Nas reuniões em que Marli e Bernadete manifestaram seu descontentamento com os rumos da ação política do grupo, Cristiane deu uma resposta contundente: em apoio a elas, disse que criticar a violência policial significava duvidar não dos policiais “honestos”, mas dos “corruptos”. Contudo, Cristiane temia o risco de que, ao questionar a violência policial, fosse interpretada como alguém que adota uma posição contrária à instituição como um todo, quando ela, que tinha como objetivo um trânsito mais seguro, precisava da polícia como um parceiro. Se, ao prestar apoio às mães, ela adotava uma posição matizada, diferenciando policiais corruptos dos honestos, Cristiane temia que criticar a violência policial desse margem a uma interpretação de que tal postura fosse uma posição contrária à própria instituição policial como um todo.

Além disso, é preciso levar em conta aquilo mesmo que pode significar questionar a violência policial para além de uma oposição à instituição em si. Com toda carga de medo e insegurança, a “violência urbana” fez da manutenção da ordem uma questão urgente, dando margem para a emergência daquilo que Leite (2000) apropriadamente chamou de “metáfora da guerra”. Reeditando a histórica seletividade de nossa concepção de cidadão, na chave da oposição entre “cidadãos decentes”/“de bem” e bandidos, o maniqueísmo guerreiro percebe as mortes decorrentes da atuação policial como uma espécie de mal necessário no combate à criminalidade – sobretudo, quando praticada contra jovens pobres e negros tidos no imaginário social como criminosos de fato ou em potencial (MORAES, 2006). Desenha-se, assim, um cenário de oposições acirradas no qual a crítica à violência policial é, frequentemente, tomada como uma inaceitável defesa de bandidos (CALDEIRA, 1991; MORAES, 2009). Note-se, além do mais, a capacidade da instituição policial – como reflexo do poder do Estado de instaurar o real (BOURDIEU, 2008) – de produzir a legalidade de seus atos.

Ao recuar diante do risco de figurar como contrária à polícia, Cristiane tão somente replicava a atitude típica enfrentada pelas mães nos diversos canais através dos quais procuravam ventilar suas demandas por justiça. “Em se tratando de policiais é complicado”, relatou-me Marli. Era

resposta característica com a qual lhes negavam apoio. “Quando você fala que é policial, todo mundo vira as costas”. Neste quadro de posições demarcadas, Cristiane temia não apenas perder o apoio estratégico da polícia, mas também a carga moral negativa que se associou à crítica à violência policial tomada como “defesa de bandidos”.

Neste contexto, a possibilidade de as mães de vítima de violência policial costurarem apoios para sua luta e conseguirem que os culpados fossem punidos passava, necessariamente, pela demonstração da probidade dos filhos. O simples fato de terem sido mortos pela polícia atestava sua criminalidade e moralizava seus assassinatos. “Eu não sabia que a polícia matava inocentes”, eram as palavras inscritas em uma faixa de Eleonora – ela tentava, assim, conquistar o *status* de acusador legítimo. Se a construção de uma imagem idealizada do filho marcava o discurso das mães, de um modo geral, independentemente da causa da morte, no caso das mães de vítimas de violência policial, a narrativa sobre sua retidão moral tinha um endereço certo: atestar que o filho não era criminoso, única forma de tornar sua morte passível de punição:

– Eles alegam que era bandido. (...). A troco do quê ele ia roubar se ele não precisava roubar? (...). Que bandido é esse que levanta quatro horas da manhã para ir trabalhar? Isso é bandido? [/]. Porque, se ele fosse bandido, eu jamais corria atrás, de jeito nenhum. Se ele bebesse, não. Ele bebeu, xingou “os home” [os policiais], brigou com “os home”, deve ter provocado alguma coisa, a ira deles, alguma coisa... Não, mais alguém do jeito que ele era, não, não aceito. Porque toda mãe sabe o que cria (...) e eu tenho certeza absoluta, dentro mim, dentro do meu coração, que meu filho nunca, jamais... O amor que ele tinha por nós, o carinho especial, era muito amoroso, muito carinhoso, com os amigos dele. Ele não ia num jogo porque ele tinha medo de dar briga (...). Alguém que nunca me fez passar uma vergonha, nunca me fez nada, nunca brigou com um amigo, pergunta aqui no bairro se ele brigava com alguém (...), ele respeitava o próximo pra ser respeitado, não era aquele piá metido. (Bernadete)

– Meu filho não merecia, ele não devia nada pra ninguém. Se você pegar o inquérito, meu filho, ele não tinha antecedentes criminais (...). Não era drogado. Ele estava limpo, o meu filho era limpo, limpo, limpo [/]. Então, quanto a isso, aí eles podem falar o que eles quiserem, dizerem “elemento”, “indivíduo”, tudo isso aí dói no coração de uma mãe, porque meu filho não era um “elemento”, ele não era um “indivíduo”, ele era meu filho, ele era um cidadão normal, comum. Eles se referem assim como se todo mundo fosse bandido. (Marli)

– Eu exigi muito dele pra os policiais tirarem a vida dele. E ele foi embora e deixou tudo que ele conseguiu trabalhando, um monte. Trabalhava no correio há 17 anos. Ficou 17 anos no correio. Ele era criança ainda quando foi fazer um monte de cursos. Você vê como ele era um rapaz muito esforçado. E, numa certa manhã, ele saiu para trabalhar (...) e eles assassinaram ele sem eu saber por que (...). Ele não andava armado... [/]. Meu filho não correu, não tinha porque correr, não tinha nada no sangue, bebida, droga, está no processo que o sangue estava limpinho, o carro estava com tudo certo, tinha saído do correio naquela tarde, não tinha motivo. Então, não adianta eles ficarem inventando, mentindo e tudo, porque eu sei que ele não tinha motivo pra correr deles. (Eleonora)

Ao insistirem na idoneidade do filho como atestado do absurdo da sua morte, as mães operavam no mesmo registro do discurso dominante (a injustiça estava no fato de seus filhos não serem bandidos) que, justificando a morte de criminosos, dificultava a denúncia de mortes causadas por policiais. Todavia, é importante destacar que, apesar do agenciamento público desse discurso, as mães conservavam certo distanciamento com relação a ele:

– Foi a mesma coisa que eles matassem um cachorro pesteadado aí na rua, que nem isso a gente não deve fazer, porque eu acho que vida pertence a Deus e não ao homem. Para tirarem a vida sem mais, sem menos (...). Eu sei que meu filho era trabalhador, não era vagabundo, não era ladrão, não era assaltante, não era bêbado, não era nada. Só que tem uma coisa, se ele fosse tudo isso não era para ter matado. Tem cadeia para isso. (Eleonora)

– Então, eu acho que a polícia não pode sair matando as pessoas assim, você acha certo? Não pode! Como que eles vão matar, olhar para pessoa e dizer “você hoje não vive mais, vai morrer”, como que pode? Eu acho que quem pode tirar a vida é só Deus, ninguém mais, ninguém mais. Eu acho que eles não têm direito de tirar a vida nem de bandido, nem de culpado, nem de inocente, nem de ninguém. Se eles abordassem o meu filho e achassem que tinha alguma coisa errada, então que algemassem ele e prendessem ele, porque, depois, a mãe e o pai dele iam atrás para ver o que estava acontecendo. (Marli)

Considerações finais

O presente artigo é fruto do trabalho de campo que realizei junto às mães e do esforço de elaborar aquilo que produzi acompanhando o dia a dia do grupo e realizando as entrevistas. Observação participante e entrevistas operaram em um processo de mútua reflexão. A observação orientou as entrevistas que, posteriormente, realizei com algumas dessas mães, quando recoloquei problemas surgidos durante o acompanhamento e o registro das reuniões e dos atos. O esforço de reflexão, meu e delas, ao qual a situação de entrevista deu ensejo, me permitiu apreciar, em retrospecto, aquilo que eu havia produzido até então, e a descrição e a análise aqui elaboradas foram alinhavadas ao longo desse processo pouco ordenado. Posteriormente, elas tomaram forma através do esforço de organizar e apresentar o material produzido, da tentativa de imprimir coerência às interpretações e de torná-las comunicáveis – a escrita propriamente dita. Não construí um problema e procurei resolvê-lo. Aproximando-me da experiência das mães, quis traçar um retrato sociológico das suas diferentes facetas.

Notas

¹ O presente artigo resume minha monografia de conclusão de curso de graduação, defendida em 2010. Sou grato, sobretudo, às mães. Agradeço também a Pedro Bodê de Moraes, orientador da pesquisa, e a Marcos da Silva Silveira e Joyce Pescarolo, membros da banca avaliadora; aos debatedores do “I Seminário dos Estudantes de Pós-graduação em Ciências Sociais do Estado do Rio de Janeiro” e da “XII Jornada Interna PPGSA/UFRJ”; aos avaliadores; à revisora da DILEMAS; e a Fernanda Rossetti e Lorena França, pela revisão de versões anteriores.

² Igreja do Evangelho Eterno, vulgarmente conhecida como “a igreja do balão”, dado o curioso formato de suas instalações, que lembram uma tenda de circo. Localizada em um bairro nobre, seus fiéis provinham, sobretudo, da classe média da cidade.

³ José, marido de Carmem e pai do seu falecido filho, foi entrevistado junto à esposa. Ele, além disso, era o único dos pais que frequentava as reuniões. Valho-me de sua fala em alguns momentos.

⁴ Exceto Cristiane, os nomes das demais mães são ficcionais.

⁵ As mães entrevistadas foram aquelas com maior participação nas atividades do grupo durante o período da pesquisa. Não saberia dizer o número total de mães e familiares que compunham o grupo, pois havia vários participantes irregulares.

⁶ [/] indica que foram acoplados trechos da entrevista ditos em momentos separados.

⁷ A mãe a quem Eleonora e Benedita se referem frequentou as reuniões do grupo no período anterior à minha entrada em campo, voltando a comparecer na última reunião de que participei.

⁸ Rondas Ostensivas de Natureza Especial (Rone), subunidade do Batalhão de Operações Oficiais (Bope) da Polícia Militar do Estado do Paraná.

⁹ Não se deve esquecer, todavia, a especificidade da experiência histórica a partir da qual Elias fala: a modernidade europeia. Embora não seja o caso aqui, seria interessante problematizar a aplicabilidade da tese eliasiana para o contexto brasileiro, comparativamente menos dessacralizado. O próprio modo como a religiosidade se faz presente na vida das mães, dentro e fora do grupo, e a sua capacidade de estruturar a experiência de luto, conforme veremos adiante, pode ser tomado como indício do caráter problemático da aplicação das proposições do autor à realidade brasileira.

¹⁰ Novamente, é possível traçar uma analogia entre a situação das mães e a dos grupos de estigmatizados tal como descritos por Goffman (1975): a taxação do apoio dos amigos e familiares como cínica é muito semelhante à atitude dos indivíduos estigmatizados quando, alinhados com aqueles que partilham seu estigma, podem “questionar, abertamente, a desaprovação semioculta com a qual ele é tratado pelos normais” (p. 125).

¹¹ Volto a este ponto adiante.

¹² Leite (2004b, p. 158) lembra a história de Regina Gordilho, que, tendo perdido seu filho “brutalizado pela violência policial”, nos anos 1980, “lutou por justiça durante um longo período, entrando no PDT algum tempo depois. Esta escolha, entretanto, representou o seu ocaso” (p. 156; ver também LEITE, 2004b).

Referências

- BACHRACH, Peter [e] BARATZ, Morton. (1979), “Poder e decisão”. Em: CARDOSO, Fernando Henrique [e] MARTINS, Carlos Estevam (orgs). Política e sociedade, Vol. 1. São Paulo, Companhia Editora Nacional, pp. 43-52.
- BARREIRA, Irllys Alencar. (2001), “Política, memória e espaço público: A via dos sentimentos”. Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS), Vol. 16, nº 46, pp. 97-117.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Luiz Roberto. (2008), “Existe violência sem agressão moral?”. Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS), Vol. 23, nº 67, pp. 135-146.
- BECKER, Howard S. (2008), *Outsiders: Estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro, Zahar.
- BOURDIEU, Pierre. (2008), “Espírito de Estado: Gênese e estrutura do campo burocrático”. Em: Razões Práticas: Sobre a teoria da ação. Campinas, Papirus.
- CATELA, Ludmila da Silva [e] NOVAES, Regina. (2004), “Rituais para a dor: Política, religião e violência no Rio de Janeiro”. Em: LEITE, Márcia Pereira [e] BIRMAN, Patrícia (orgs). Um mural para a dor: Movimentos cívico-religiosos por justiça e paz. Porto Alegre, Editora da UFRGS, pp. 107-140.
- DURKHEIM, Émile. (1996), *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo, Martins Fontes.
- ELIAS, Norbert. (2001), *A solidão dos moribundos, seguido de Envelhecer e morrer*. Rio de Janeiro, Zahar.
- GEERTZ, Clifford. (1989), *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan.
- GOFFMAN, Erving. (1975), *Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro, Zahar.
- LEITE, Márcia Pereira. (2000), “Entre o individualismo e a solidariedade: Dilemas da política e da cidadania no Rio de Janeiro”. Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS), Vol. 15, nº 44, pp. 43-90.
- _____. (2004a), “As mães em movimento”. Em: LEITE, Márcia Pereira [e] BIRMAN, Patrícia (orgs). Um mural para a dor: Movimentos cívico-religiosos por justiça e paz. Porto Alegre, Editora da UFRGS, pp. 141-189.
- _____. (2004b), “Assim na terra como no céu: Entrelaçamentos entre religião e política e mediação de conflitos urbanos no movimento de mães de vítimas da violência”. Trabalho apresentado no VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra. Disponível (on-line) em: <http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/MarciaLeite.pdf>
- MACHADO, Luiz Antônio da Silva; LEITE, Marcia Pereira [e] FRIDMAN, Luiz Carlos. (2006), “Matar, morrer, civilizar: O problema da segurança pública”. VVAA, Mapas: Monitoramento ativo da participação da sociedade. Rio de Janeiro: Ibase/ActionAid/FordFundation, CD-ROM.
- MORAES, Pedro Rodolfo Bodê de. (2009), “‘Direitos humanos para humanos direitos’: Sobre a percepção de ‘direitos’ e de ‘humano’ entre operadores de segurança pública no Brasil”. Trabalho apresentado no XXVII Congresso da Associação Latino Americana de Sociologia, Recife.
- _____. (2006), Juventude, medo e violência. Ciclo de Conferências. Direito e Psicanálise novos e invisíveis laços sociais. Disponível (on-line) em: <http://www.forumseguranca.org.br/referencias/juventude-medo-e-violencia>
- WEBER, Max. (1999 [1922]), *Economia e sociedade: Fundamentos da sociologia compreensiva*, Vol. 1. Brasília, Editora UnB.

JEFERSON SCABIO (jefersonscabio@gmail.com) é doutorando do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) do Museu Nacional (MN) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, Brasil). É mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) da UFRJ e tem graduação em ciências sociais pela Universidade Federal do Paraná (UFPR, Curitiba, Brasil).